



Arguido trabalhava no tribunal de Loulé

Funcionário judicial acusado de 150 crimes

LOULÉ Um funcionário do Tribunal de Loulé, no Algarve, é um dos 29 arguidos num processo de associação criminosa e branqueamento de capitais. Acusado de fornecer informações confidenciais sobre execuções de imóveis e viaturas em hasta pública, vai responder por 153 crimes de corrupção passiva. O grupo terá lesado, pelo menos, uma dezena de bancos e financeiras em um milhão de euros.

Segundo a Acusação do Departamento de Investigação e Ação Penal de Faro, o oficial de Justiça “vendia, a terceiros, informações e documentos que obtinha através do acesso privilegiado à base de dados dos tribunais”, o que lhes permita comprar os imóveis e as viaturas, que eram depois vendidos por valor superior. Por cada informação, apurou o JN, chegava a cobrar dois mil euros.

Além do oficial de Justiça, são arguidos 11 empresários (três do ramo automóvel), um contabilista, um funcionário público, um diretor financeiro, empresas de consultadoria, de mediação imobiliária e de comércio de automóveis. São acusados de corrupção passiva e ativa, associação criminosa, burla e burla qualificada, falsificação de documento, falsificação de notação técnica e branqueamento de capitais. Em julho de 2017, a Diretoria do Sul da PJ desmantelou o esquema que durava há, pelo menos, dois anos. **MARISA RODRIGUES**